NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(31 de dezembro de 2020 e 2019)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC é entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, constituída em dezembro de 1971 pela Portaria nº 1.678, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

A Entidade obedece às normas expedidas pelo Ministério da Economia (antigo Ministério da Fazenda), por meio da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC, do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e às resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional – CMN, divulgadas pelo Banco Central do Brasil, estando disciplinada pela Lei Complementar nº 109/2001.

A CABEC é uma entidade multipatrocinada que administra um único plano de benefícios, denominado Plano de Benefícios Definido – Plano BD, inscrito no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB, da então Secretaria de Previdência Complementar – SPC, sob o nº 19.790.019-11. Referida Entidade foi criada pelo seu então patrocinador Banco do Estado do Ceará S.A. – BEC, em 1971, e hoje é patrocinado pelo Banco Bradesco S.A. e pela própria CABEC.

O objetivo da CABEC, na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, é executar plano privado de benefícios suplementares, complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, que abrangem:

- ✓ Complementação de Aposentadoria por Invalidez;
- ✓ Complementação de Aposentadoria por Idade;
- ✓ Complementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- ✓ Complementação de Auxílio-Doença;
- ✓ Complementação de Pensão;
- ✓ Complementação de Abono Anual;
- ✓ Complementação de Auxílio-Reclusão; e
- ✓ Pecúlio por Morte.

As regras básicas de concessão e cálculo dos benefícios estão previstas no Regulamento do Plano BD, administrado pela Entidade, distribuído a cada participante e publicado no endereço eletrônico www.cabec.com.br.

Os recursos garantidores do Plano BD são originados das contribuições dos patrocinadores e dos participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, bem como dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que obedecem às disposições da sua Política de Investimentos e, principalmente, da Resolução nº 4.661, de 25/05/2018, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que revogou as seguintes Resoluções: 3.792/2009, 3.846/2010, 4.275/2013, 4.449/2015, 4.469/2016 e 4.611/2017.

A CABEC não distribui lucro ou participações pelos resultados obtidos em seus investimentos. A escrituração contábil está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar a sua exatidão.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, levando em consideração as Normas Brasileiras de Contabilidade e as Normas Contábeis expedidas por meio da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – MPS/CGPC nº 29/2009, da Instrução MPS/SPC nº 34/2009, e alterações posteriores, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, que revogou a Resolução 08/2011, e suas alterações posteriores, e da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272/2010, que aprova a Interpretação Técnica Geral – ITG 2001, com as alterações da Resolução CFC nº 1.329/2011.

A estrutura da planificação contábil padrão reflete o ciclo operacional de longo prazo da atividade de previdência complementar, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 26 (R5), aprovada pela Resolução nº 2017/NBCTG26(R5) do Conselho Federal de Contabilidade.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três Gestões distintas: Previdencial, Assistencial e Administrativa – no caso da CABEC Gestões Previdencial e Administrativa – e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimentos são escrituradas pelo regime de competência.

3.2. Ativo Realizável

3.2.1. Gestão Previdencial

Está representada principalmente pelo Contrato de Assunção de Dívida celebrado entre o Bradesco e a CABEC, além de Depósitos Judiciais/Recursais e valores *sub judice* relacionados a assistidos.

3.2.2. Gestão Administrativa

Registra: (1) Cobertura das Despesas Administrativas de Investimento; (2) Despesas Antecipadas; e (3) Participação no Plano de Gestão Administrativa.

3.2.3. Investimentos

3.2.4. Renda Fixa – São classificados como renda fixa: os títulos da dívida pública mobiliária federal; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão de companhias abertas; as cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios; e as cotas de fundos de investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

De acordo com as disposições da Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, que revogou a Resolução MPAS/CGPC nº 4, de 30/01/2002, e alterações posteriores, a classificação e os critérios de avaliação dos títulos dividem-se em:

- ✓ *Títulos para negociação* – Registram-se os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período; e
- ✓ *Títulos mantidos até o vencimento* – Registram-se os títulos e valores mobiliários, de baixo risco de crédito, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da CABEC de mantê-los em carteira até o vencimento, estando avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos, em contrapartida ao resultado do período.

A Resolução CNPC nº 29, acima referida, determina ainda, nos seus artigos 32, parágrafo 2º, 36 e 37, a obrigatoriedade da divulgação, nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, das informações abaixo elencadas, detalhando os seguintes aspectos relativos a cada categoria de classificação:

- ✓ Títulos mantidos até o vencimento negociado no período, especificando data da negociação, quantidade negociada, valor total negociado, efeito no resultado das demonstrações contábeis e a justificativa para negociação;
- ✓ Montante, natureza e faixa de vencimento;
- ✓ Valores de custo e de mercado, segregados por tipo de título, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores;
- ✓ Montante dos títulos reclassificados, o reflexo no resultado e os motivos que levaram à reclassificação, se for o caso; e
- ✓ Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

3.2.4.1. Renda Variável: Os fundos de ações são contabilizados pela variação das quotas. As ações integrantes desses fundos são avaliadas diariamente pelo valor de mercado com base na cotação de

fechamento do último pregão da Bolsa de Valores de São Paulo, conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 465 de 20/02/2008, com as alterações posteriores, e Resolução MPS/CNPC nº 29, de 13/04/2018.

3.2.4.2. Multimercado (Estruturado): São Classificados como estruturado os fundos que possuem políticas de investimentos que envolvem vários fatores de risco, pois combinam investimentos nos mercados de renda fixa, câmbio, ações, entre outros. Além disso, utilizam-se de instrumentos de derivativos para proteção de suas posições. O fundo é contabilizado pela variação das quotas.

3.2.4.3. Investimentos Imobiliários: Estão registrados pelo valor do custo atualizado pela correção monetária até 31/12/1995 e acrescido das reavaliações efetuadas, sendo as últimas em dezembro de 2019.

A depreciação dos imóveis é calculada de forma linear e registrada como despesa de investimentos. A receita com aluguel é reconhecida pelo regime de competência e registrada como receita de investimentos.

3.2.4.4. Operações com Participantes: Estão registradas pelo valor atualizado dos empréstimos concedidos a participantes e assistidos do Plano BD.

3.2.4.5. Depósitos Judiciais/Recursais:

- ✓ *Gestão Previdencial* – Registram-se os valores dos depósitos recursais e judiciais relacionados a processos de aposentadorias.
- ✓ *Gestão de Investimentos* – Registra-se o saldo remanescente de restituição de Imposto de Renda, depositado judicialmente, em razão de processo da CABEC contra a Receita Federal, que busca o reconhecimento de sua imunidade, relacionada ao I.R. cobrado sobre operações financeiras.

3.3. Permanente (Imobilizado)

Os bens que constituem o imobilizado são depreciados pelo método linear em função do tempo de vida útil e de acordo com a legislação vigente, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA ANUAL
X'Móveis e Utensílios; Máquinas e Equipamentos de Uso	10%
Computadores e Periféricos	20%
Refrigeradores de Ar	25%

3.4. Exigível Operacional

É representado pelas obrigações administrativas, previdenciárias e de investimentos.

3.5. Exigível Contingencial

Registra as provisões constituídas em decorrência de ações judiciais, notadamente aquelas em que o assistido reivindica o enquadramento do seu benefício complementar, com base no denominado Estatuto Primitivo, amparado em pareceres jurídicos que classificam as contingências com chance de perda provável e cálculo efetuado pela própria CABEC do *quantum* a ser despendido em cada processo, em caso de condenação definitiva.

3.6. Patrimônio de Cobertura do Plano

É representado pelas provisões matemáticas do Plano BD, que são compostas pelos benefícios concedidos e benefícios a conceder, as quais correspondem ao compromisso atual do Plano para com os seus participantes e assistidos, devidamente constituídas em bases técnico-atuariais, sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, deduzidas das provisões matemáticas a constituir e acrescidas do equilíbrio técnico que, atualmente, se configura em déficit técnico acumulado.

3.7. Fundos

3.7.1. Plano de Gestão Administrativa – Registra os valores relativos ao Fundo Administrativo – PGA.

3.7.2. Fundos dos Investimentos – Registra os valores relativos ao Fundo Reserva de Quitação por Morte – CQM, sendo utilizados na quitação do prêmio mensal do seguro prestamista dos contratos dos empréstimos efetuados até 02/10/2017.

3.8. Custeio Administrativo

Encontra-se disciplinado no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que estabelece as regras, normas e critérios para a gestão do custo e do custeio da manutenção da máquina administrativa do gerenciamento previdencial, e do custo e do custeio dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas – RGRT, inclusive a manutenção da máquina administrativa para gerenciar os investimentos.

De acordo com o Regulamento em questão, as fontes de Custeio Administrativo destinadas à manutenção das despesas administrativas da Entidade estão assim previstas:

- ✓ Contribuição dos participantes e assistidos;
- ✓ Contribuição dos patrocinadores;
- ✓ Resultados dos investimentos;
- ✓ Receitas administrativas; e
- ✓ Fundo administrativo.

Cabe destacar que, de acordo com o Regulamento do PGA, o custeio da manutenção da máquina administrativa da gestão previdencial e das despesas administrativas dos investimentos observa o

limite de **0,70%** (zero vírgula setenta por cento) do montante equivalente aos recursos garantidores do Plano de Benefícios.

3.9. Gestão Previdencial

Registra e controla as contribuições, os benefícios e os institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar 109, de 29/05/2001, bem como o resultado do Plano de Benefícios Definido – Plano BD de natureza previdencial.

3.10. Gestão Administrativa

Registra e controla a gestão administrativa do Plano BD.

As despesas administrativas são registradas diretamente nas rubricas relacionadas à Gestão Previdencial e Investimentos.

O rateio das despesas administrativas entre a Gestão Previdencial e os Investimentos leva em consideração a alocação de pessoal e encargos, treinamentos/congressos e seminários, viagens e estadias, serviços de terceiros, depreciações e amortizações e despesas gerais nas respectivas atividades.

As despesas administrativas da Gestão Previdencial são custeadas por 15% das contribuições patronal e social, destinadas ao custeio do Plano BD. As despesas administrativas dos Investimentos são custeadas pela rentabilidade dos Investimentos.

3.11. Fluxo dos Investimentos

Registra e controla as aplicações dos Recursos Garantidores do Plano BD.

4. ABERTURA DOS PRINCIPAIS TÍTULOS CONTÁBEIS

4.1. Disponível

O valor de R\$ 13 mil (R\$ 12 mil em 2019) representa o saldo em conta-corrente bancária.

4.2. Realizável

4.2.1. Gestão Previdencial

(Em R\$ mil)

GESTÃO PREVIDENCIAL	2020	2019
Recursos a Receber	67.756	64.346
- Déficit Técnico Contratado – 2014	33.087	29.713
- Déficit Técnico Contratado – 2015	10.834	11.020
- Déficit Técnico Contratado – 2016	5.344	5.354
- Déficit Técnico Contratado – 2018	18.464	18.236
- Contribuições a Receber	27	23
Adiantamentos	36	6
- Aposentadoria/Pensão Incorporação – Processo Judicial	36	6
Depósitos Judiciais/Recursais	5.848	5.769
TOTAL	73.640	70.121

O aumento verificado na rubrica Recursos a Receber refere-se principalmente à atualização do valor do Contrato de Assunção de Dívida e Forma de Pagamento sob Condição Resolutiva, celebrado entre o Bradesco e a CABEC, correspondente à parte social do déficit técnico acumulado no exercício de 2014.

4.2.2. Gestão Administrativa

(Em R\$ mil)

GESTÃO ADMINISTRATIVA	2020	2019
Despesas Antecipadas	10	9
- Pessoal e Encargos	9	8
- Despesas Gerais	1	1
Contas a Receber	1	1
Cobertura Despesas Administrativas	32	18
- Custeio Administrativo	32	18
TOTAL	43	28

4.2.3. Aplicações Financeiras

(Em R\$ mil)

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2020	2019
TÍTULOS PÚBLICOS	24.827	-
- Títulos Públicos Federais	24.827	-
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	2	1
- Debêntures de Companhias Abertas	2	1
FUNDOS DE INVESTIMENTO	311.650	350.345
Renda Fixa	23.740	36.374

- Plano BD	22.404	35.406
- PGA	1.336	968
Ações	33.246	33.082
Multimercado	253.834	280.811
Direitos Creditórios (FIDCs)	830	78
TOTAL	336.479	350.346

(Em R\$ mil)

CLASSIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DE RENDA FIXA POR FAIXA DE VENCIMENTO, NATUREZA E MONTANTE				
Títulos e Valores Mobiliários de Renda Fixa	2020		2019	
	Para negociação	Mantidos até o vencimento	Para negociação	Mantidos até o vencimento
Até 60 dias	7.247	-	33.619	-
De 61 a 180 dias	-	8.587	7.758	-
De 181 a 360 dias	756	-	536	7.739
Acima de 360 dias	35.038	129.133	21.144	108.139
Total	43.041	137.720	63.057	115.878

(Em R\$ mil)

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO CLASSIFICAÇÃO POR VALORES DE AQUISIÇÃO E DE MERCADO X TIPO				
Títulos e Valores Mobiliários de Renda Fixa	2020		2019	
	Custo de aquisição	Valor de mercado	Custo de aquisição	Valor de mercado
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS				
Letra Financeira do Tesouro – LFT	22.841	22.961	6.269	7.768
Notas do Tesouro Nacional – NTN – Over	7.247	7.247	33.619	33.619
Nota do Tesouro Nacional Série B – NTN-B	5.776	5.826	11.947	12.749
TÍTULOS PRIVADOS (baixo risco de crédito)				
CDB			500	515
Debêntures	5.337	4.784	5.715	5.830
Letras Financeiras	2.175	2.223	2.400	2.576
Total	43.376	43.041	60.450	63.057
Excluem-se dessa classificação os títulos que compõem o Fundo Multimercado, por manterem aplicações em fundos abertos, Ações, Direitos Creditórios (FIDCs), além do lastro referente ao PGA.				

(Em R\$ mil)

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO				
CLASSIFICAÇÃO POR VALORES DE AQUISIÇÃO E DE MARCAÇÃO PELA CURVA X TIPO				
Títulos e Valores Mobiliários de Renda Fixa	2020		2019	
	Custo de aquisição	Valor marcado pela curva	Custo de aquisição	Valor marcado pela curva
Títulos Públicos Federais				
- Nota do Tesouro Nacional Série B – NTN-B	95.794	129.131	76.689	107.540
Títulos Privados com baixo risco de crédito				
- Debêntures	4.769	8.589	-	-
- Letra Financeira	-	-	4.769	8.338
Total	100.563	137.720	81.458	115.878

A CABEC, em atenção ao Art. 37 da Resolução CNPC N° 29, de 13/04/2018, declara a sua intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, ressalvado o fato mencionado no item 8.2.

4.2.4. Títulos objeto do ajuste de precificação

O quadro abaixo apura o ajuste de precificação dos títulos, mantidos até o vencimento, a ser deduzido do déficit técnico acumulado, para fins de equacionamento, em conformidade com a Resolução CNPC n° 16, de 24/11/2014, a Resolução CNPC n° 30, de 10/10/2018, a Instrução Previc n° 19, de 04/02/2015, a Instrução Previc n° 10, de 30/11/2018, e a Portaria Previc n° 86, de 01/02/2019.

(Em R\$ mil)

ISIN	TIPO	CUPOM	VENC.	FRAÇÃO	TAXA DE APROPRIAÇÃO	QTDE.	VALOR CONTÁBIL
BRSTNCNTB3Y0	NTN-B	0.06	15/08/2022	1	0,0555	350	1.232
BRSTNCNTB3Y0	NTN-B	0.06	15/08/2022	1	0,0685	2.600	8.981
BRSTNCNTB3Y0	NTN-B	0.06	15/08/2022	1	0,0673	370	1.280
BRSTNCNTB3B8	NTN-B	0.06	15/08/2030	1	0,0565	2.500	8.968
BRSTNCNTB3B8	NTN-B	0.06	15/08/2030	1	0,0649	188	636
BRSTNCNTB3B8	NTN-B	0.06	15/08/2030	1	0,0649	600	2.031
BRSTNCNTB3B8	NTN-B	0.06	15/08/2030	1	0,0651	600	2.028
BRSTNCNTB3C6	NTN-B	0.06	15/08/2040	1	0,0566	2.500	9.092
BRSTNCNTB3C6	NTN-B	0.06	15/08/2040	1	0,0634	4.600	15.533
BRSTNCNTB0A6	NTN-B	0.06	15/05/2045	1	0,0401	1.380	6.192
BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0.06	15/08/2050	1	0,0658	1.300	4.230
BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0.06	15/08/2050	1	0,0402	2.135	9.931
BRSTNCNTB3D4	NTN-B	0.06	15/08/2050	1	0,0401	45	210
BRSTNCNTB4Q4	NTN-B	0.06	15/05/2055	0,8	0,0401	1.810	6.783
TOTAL							77.127

Valor Ajustado pelo sistema Venturo PREVIC	90.294
Valor do Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos	13.167

4.2.5. Investimentos Imobiliários

(Em R\$ mil)

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	2020	2019
Edificações de Uso Próprio	903	924
Participações em Shopping Center	7.496	7.491
Imóveis Alienados	419	2.847
TOTAL	8.818	11.262

Abaixo demonstramos a movimentação ocorrida no período, explicitando as rubricas mais relevantes:

(Em R\$ mil)

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	POSIÇÃO EM 31.12.2019	(-) DEPRECIÇÃO	ADIÇÕES (1)	RECEBIMENTOS (2)	ALUGUÉIS A RECEBER (3)	POSIÇÃO EM 31.12.2020
Edificações de Uso Próprio	924	(21)	-	-	-	903
Participações Shopping Center	7.491	-	0	-	5	7.496
Imóveis Alienados	2.847	-	-	(2.428)	-	419
TOTAL	11.262	(21)	0	(2.428)	5	8.818

(1) Recebimentos: representa os valores já recebidos em decorrência das vendas;

(2) Aluguéis a receber: representa os valores a receber de aluguéis.

4.2.6. Empréstimos a Participantes

(Em R\$ mil)

EMPRÉSTIMO A PARTICIPANTES	2020	2019
Participantes Ativos / Assistidos	2.534	3.966
TOTAL	2.534	3.966

4.2.7. Depósitos Judiciais/Recurrais

(Em R\$ mil)

DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	2020	2019
Depósito Judicial IR	44	44
TOTAL	44	44

4.3. Permanente

(Em R\$ mil)

IMOBILIZADO	2020	2019
Móveis e Utensílios	-	1
Máquinas e Equipamentos	3	3
Refrigerador de Ar	1	2
Computadores e Periféricos	9	16
TOTAL	13	22

4.4. Exigível Operacional

(Em R\$ mil)

GESTÃO PREVIDENCIAL	2020	2019
Aposentadorias	149	132
Pensões	36	32
Valores a Pagar	12	15
Benefícios a Pagar	94	56
Retenções a Recolher	236	218
- IRRF sobre Folha Aposentadoria	221	210
- IRRF sobre Folha Pensões	15	8
Outras Exigibilidades	17	24
- Seguro Bradesco	16	17
- Valores a Pagar	-	6
- Contribuição para Custeio	1	1
TOTAL	545	477

(Em R\$ mil)

GESTÃO ADMINISTRATIVA	2020	2019
Contas a Pagar	141	115
- Pessoal e Encargos	103	90
- Serviços de Terceiros	33	21
- Despesas Gerais	5	4
Retenções a Recolher	16	17
Tributos a Recolher	17	16
TOTAL	174	148

Em Pessoal e Encargos registram-se a provisão de férias e seus encargos.

(Em R\$ mil)

INVESTIMENTOS	2020	2019
Empréstimos e Financiamentos	4	6
Outras Exigibilidades	33	18
- Cobertura de Despesas Administrativas	33	18
TOTAL	37	24

4.5. Exigível Contingencial

(Em R\$ mil)

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	2020	2019
PREVIDENCIAL	6.635	6.346
- Aposentadorias	6.177	5.921
- Reserva de Poupança (Expurgos Inflacionários)	458	425
TOTAL	6.635	6.346

As contingências classificadas nos relatórios técnicos emitidos pelas assessorias jurídicas como perda provável encontram-se reconhecidas contabilmente, em 31/12/2020, no montante de R\$ 6.635 mil (R\$ 6.346 mil, em 2019).

Constam ainda outras contingências passivas de aproximadamente R\$ 241 mil, as quais não foram reconhecidas contabilmente pelo fato de terem sido classificadas pela assessoria jurídica como perdas possíveis.

4.6. Patrimônio Social

4.6.1. Comparativo da Variação das Provisões Matemáticas

(Em R\$ mil)

RUBRICA	2020	2019	VARIAÇÃO (%)
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS (2 + 3 - 4)	539.623	470.713	14,64
2. BENEFÍCIOS A CONCEDER	5.248	6.374	(17,67)
2.1. Valor Presente Atuarial dos Benefícios Futuros	5.487	6.724	(18,40)
2.2. (Valor Presente Atuarial das Contribuições Futuras)	(239)	(350)	(31,71)
3. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	570.127	499.776	14,08
4. (PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR)	(35.752)	(35.437)	0,89
5. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	410.993	426.033	(3,53)
RESULTADO (5 - 1)	(128.630)	(44.680)	187,89

Na avaliação atuarial de 31/12/2020, realizada pela atuária do Plano, foram quantificadas Provisões Matemáticas de R\$ 539.623 mil, expressando na referida data o valor presente líquido dos benefícios previdenciais futuros dos participantes ativos e assistidos do mencionado plano de benefícios. Confrontando-se as Provisões Matemáticas com o Ativo Líquido, de R\$ 410.993 mil, que representa o Patrimônio de Cobertura do Plano, restou quantificado déficit técnico acumulado, de R\$ 128.630 mil (R\$ 44.680 mil em 31/12/2019), correspondente a 23,84% do valor das Provisões Matemáticas.

O aprofundamento do déficit técnico no resultado do Plano BD em 2020 se deveu, principalmente, às alterações das premissas atuariais, como a redução da taxa real de juros e das tábuas de mortalidade geral e mortalidade de inválidos, que impactaram no aumento das Provisões Matemáticas da ordem de R\$ 42 milhões e R\$ 15 milhões, respectivamente, e a diferença de R\$ 12 milhões pode ser atribuída à movimentação natural do cadastro e à inflação do período, bem como à rentabilidade dos investimentos, abaixo da meta atuarial, que foram impactados pelo reflexo da pandemia da COVID-19 no mercado financeiro.

Conforme informações contidas na Avaliação/Parecer Atuarial, emitido em 08/02/2021 pela Willis Towers Watson, o valor das Provisões Matemáticas a Constituir alocado na conta Déficit Equacionado, no montante de R\$ 35.752, corresponde ao somatório dos resultados deficitários equacionados, apurados em 31/12/2015, 31/12/2016 e 31/12/2018, atualizados para 31/12/2020, relativos aos assistidos e participantes do Plano BD e descritos nos respectivos planos de equacionamentos.

Em 31/12/2014 foi apurado um déficit técnico no valor de R\$ 33.190 a ser equacionado conforme estabelecido no Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Forma de Pagamento celebrado entre a CABEC e o Banco Bradesco S.A. em 05/05/2016, no qual consta a previsão de pagamento em 2 parcelas: i) a primeira de responsabilidade exclusiva do Banco Bradesco no valor de R\$ 19.983, já quitada nessa data; ii) a segunda parcela, assumida pelo Banco Bradesco sob condição resolutiva, no valor de R\$ 33.087, posicionada em 31/12/2020, a ser corrigida pela meta atuarial do Plano BD no período de 01/01/2021 até a data do efetivo pagamento, com prazo final para 29/10/2021, sendo este condicionado à conclusão do processo de retirada, conforme previsto no Acordo firmado entre as partes, abaixo descrito.

Com base no Acordo firmado entre a CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC, AFABEC – Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Estado do Ceará, AFBEC – Associação dos Funcionários do Banco do Estado do Ceará e o Banco Bradesco, este último se comprometeu em assumir, integralmente, a partir da assinatura do acordo ocorrida em 8 de março de 2019, os resultados deficitários do Plano de Benefícios Definidos – Plano BD, relativos aos exercícios de 2014, 2015, 2016, 2018 e seguintes, cuja integralização está condicionada à conclusão do processo de retirada de patrocínio.

No entanto a partir de agosto de 2020, por questões jurídicas, o Banco Bradesco deixou de ressarcir as contribuições extraordinárias dos participantes e assistidos, voltando essas contribuições a ser assumidas pelos participantes e assistidos.

4.6.2. Demonstração do Valor do Patrimônio de Cobertura do PLANO BD

(Em R\$ mil)

RUBRICA	2020	2019	VARIAÇÃO (%)
1. Ativo Total	421.584	435.801	(3,26)
2. Exigível Operacional	(756)	(649)	16,49
3. Exigível Contingencial	(6.635)	(6.346)	4,55
4. Fundos	(3.200)	(2.773)	15,40
TOTAL	410.993	426.033	(3,53)

Conforme demonstrado no quadro acima, o Patrimônio de Cobertura do Plano resultou em R\$ 410.993 mil. Em relação à posição de 31/12/2019, dito patrimônio registrou decréscimo de 3,53%.

4.6.3. Resultado Atuarial do Exercício

O Plano BD, no exercício de 2020, apresentou déficit de R\$ 83.950 mil (superávit de R\$ 33.216 em 2019). Abaixo demonstramos a composição do déficit técnico no exercício:

(Em R\$ mil)

DESCRICAÇÃO	31/12/2020	31/12/2019	VARIAÇÃO (%)
Receitas de Investimentos	14.054	36.723	(61,73)
Contribuições normais e extraordinárias	14.387	12.743	12,90
Contribuições Contratadas	6.896	22.647	(69,55)
Outras adições	16	2	700,00
Reversão de contingência	66	133	(50,38)
Total das Receitas	35.419	72.248	(50,98)
Despesas previdenciárias	(48.444)	(46.017)	5,27
Contribuições despesas administrativas	(1.660)	(1.642)	1,10
Provisão de contingências	(336)	(283)	18,73
Outras deduções	(20)	-	100,00
Total das Despesas	(50.460)	(47.942)	5,25
Variação exigível atuarial	(68.910)	8.910	(873,39)
Resultado do Exercício	(83.950)	33.216	(352,74)

Neste exercício foi apurado um déficit técnico de R\$ 83.950 mil. O resultado acumulado do Plano BD encontra-se deficitário em R\$ 128.630 mil (R\$ 44.680 mil em 31/12/2019).

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2020
(A) Patrimônio de Cobertura do Plano BD em 31/12/2020	410.993
(B) Provisões Matemáticas do Plano BD (BaC+BC) em 31/12/2020	539.623
(C) = (A-B) Equilíbrio Técnico do Plano BD em 31/12/2020	(128.630)
(E) Ajuste de Precificação dos Títulos	13.167
Equilíbrio técnico ajustado	(115.463)
(D) Limite do Déficit do Plano BD (*)	40.526
(F) = Valor Líquido do Déficit de 2019 a ser equacionado	74.937

(*) - Limite permitido para não equacionamento imediato do Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4)

x Provisão Matemática. (duração do passivo = 11,51 anos)

Uma vez que o equilíbrio técnico ajustado ultrapassa o limite de 7,51% das provisões matemáticas do plano, a CABEC deverá apresentar, até o final do exercício subsequente, conforme previsto no Parágrafo 1º do Art. 31 da Resolução CNPC nº 30/2018 vigente até 31/12/2020, plano de equacionamento que contemple, ao menos, o valor de R\$ 74.937mil, que corresponde ao resultado deficitário acumulado excedente ao limite. A segregação do déficit entre participantes e patrocinadoras é feita com base na proporção contributiva do exercício

5. PREMISSAS BIOMÉTRICAS, DEMOGRÁFICAS, ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

Constituem o conjunto de parâmetros empregados nos cálculos da obrigação atuarial e são definidos após estudo técnico realizado com esta finalidade. O quadro abaixo resume, comparativamente, as premissas empregadas nas reavaliações de 31/12/2020 e 31/12/2019.

HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	2020	2019
Taxa Real Anual de Juros	3,78% a.a.	4,53% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%	0,00%
Fator de Determinação do Valor Real ao longo do tempo Salários	0,98	0,98
Fator de Determinação do Valor Real ao longo do tempo Benefícios Entidade	0,98	0,98
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic masculina suavizada em 20% AT-2000 Basic feminina	AT-2000 Basic masculina suavizada em 15%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 2000 Basic suavizada em 20% Segregada por Sexo	RP 2000 Disabled Segregada por Sexo
Tábua de Entrada de Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de Rotatividade	Nula	Nula
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Hipótese de entrada em aposentadoria	N/A.	100% ao atingir a 1ª elegibilidade à Complementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição ou por Idade.

6. RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

Em 2020 a CABEC obteve rentabilidade nominal de 4,53% a.a. (11,15% a.a. em 2019), atingindo 44,41% da meta atuarial (INPC + 4,53% a.a), que foi de 10,20% a.a. A rentabilidade acumulada em 2020 foi afetada negativamente pelo ambiente de incerteza gerado pela pandemia causada pela Covid-19, com alto poder de disseminação, que obrigou a quase paralisação das atividades econômicas e sociais no Brasil e no mundo. No Brasil, o choque causado pela Covid-19 resultou em queda do PIB de 9,6% no 2º trimestre do ano. O governo brasileiro adotou medidas visando à recomposição da renda, principalmente do setor informal da economia, e de ajuda creditícia às micros, pequenas e médias empresas, fornecendo capital de giro, minorando os riscos de paralisação da atividade e do aumento do desemprego. O esforço fiscal atingiu cerca de 10% do PIB, com impacto relevante sobre o endividamento do setor público em 2020. Com o relaxamento do isolamento social verificado em meados do ano, os efeitos dos programas de suporte governamental levaram a uma expansão do PIB de 7,7% no 3º trimestre. Um crescimento assimétrico, liderado pela indústria e pelo comércio, enquanto o setor de serviços mostrou uma evolução mais lenta, afetado, ainda, pelo ambiente ameaçador causado pela Covid-19. Com esse cenário, convivemos com forte volatilidade no mercado financeiro, notadamente em renda variável e renda fixa, com destaque para títulos privados, que sofreram bastante com a marcação a mercado.

7. FUNDOS

Fundo Administrativo – PGA: É composto pelas sobras dos recursos destinados ao custeio administrativo, calculado na base de 15% das contribuições normais patronal e social, e pela rentabilidade dos investimentos, descontadas as despesas administrativas.

Fundo dos Investimentos: Registra o Fundo de Reserva de Quitação por Morte – CQM, que atualmente é utilizado na quitação do prêmio mensal do seguro prestamista dos contratos dos empréstimos efetuados até 02/10/2017, sendo ainda o seu saldo atualizado monetariamente com base em taxa equivalente à média de rentabilidade dos investimentos do Plano BD. Abaixo, quadro demonstrativo comparativo dos Fundos acima mencionados:

(Em R\$ mil)

FUNDOS	2020	2019
Administrativo	1.230	880
- Fundo Administrativo – PGA	1.230	880
Investimentos	1.970	1.893
- Fundo de Quitação por Morte CQM	1.970	1.893
TOTAL	3.200	2.773

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

8.1. Expurgos inflacionários das OFNDs

Em 2010, a ação coletiva movida pela Abrapp, visando à recuperação dos expurgos inflacionários relacionados às Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs), transitou em julgado, com a confirmação da decisão favorável às Entidades que participaram da referida demanda judicial. A CABEC, entretanto, embora tenha sido beneficiada da referida decisão, não efetuou qualquer contabilização da espécie, à época, por decisão dos órgãos estatutários. Posteriormente, a PREVIC, através do Ofício nº 4627/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, de 14/10/2011, determinou às EFPCs que, enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e à forma de pagamento pela União Federal, relativas à referida ação judicial, não deve ser efetuado nenhum registro contábil, ficando a decisão tomada pela CABEC em linha com a determinação do Órgão Fiscalizador.

Sobre esse assunto, cabe ressaltar que, de acordo com o Parágrafo Único da Cláusula 4ª do Termo de Acordo na Ação Monitória, assinado em 08 de março de 2019, a distribuição do valor da presente Ação “será destinada aos Participantes e Assistidos do PLANO BD, na proporção de suas reservas matemáticas individuais apuradas para a retirada de patrocínio.”

8.2. Manutenção do Patrocínio

Registre-se que a CABEC recebeu correspondência do Banco Bradesco S.A., Patrocinador majoritário do Plano BD, solicitando, formalmente, a Retirada de Patrocínio do Plano em questão, com início do processo a partir de 09/04/2019, nos termos dos Arts. 25 e 33, inciso III, da Lei Complementar 109/2001, do disposto no Art. 6º, inciso I, da Resolução CNPC nº 11/2013, bem como da Cláusula Décima do Convênio de Adesão.

Igualmente, e conforme estabelece o normativo acima citado, a CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC, na qualidade de Patrocinadora do referido Plano BD, enviou, em 10/04/2019, correspondência ao seu Conselho Deliberativo, solicitando também, formalmente, de acordo com o Art. 10, inciso I, do Estatuto desta Entidade, o cancelamento de sua inscrição como patrocinadora, com a consequente retirada de patrocínio do Plano BD.

8.3. Covid 19

Em dezembro de 2019, um novo agente de Coronavírus (“COVID-19”) foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma “Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional”. Em março de 2020, a OMS classificou o Coronavírus como uma pandemia, no reconhecimento de que a mera estratégia de conter a proliferação da doença já não seria suficiente. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que, somadas ao seu impacto potencial, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. As consequências futuras do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizadas e monitoradas diariamente. No ano em que a pandemia afetou fortemente as atividades produtivas no mundo todo, a rentabilidade da CABEC, em 2020, também foi afetada, visto que atingiu 44,41% da meta atuarial em decorrência dos efeitos sociais e econômicos

do Coronavírus. A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Cabec, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os seus impactos nas operações e nas demonstrações contábeis.

8.4. Evento subsequente

Em 31 de dezembro de 2020 até a data do início da auditoria (1º de fevereiro de 2021), não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

Fortaleza (CE), 1º de fevereiro de 2021.

Sandra Maria Nery Araújo
Diretora-Superintendente
CPF: 140.095.603-04

Francisco Luiz Fernandes
Diretor-Financeiro
CPF: 042.833.413-04

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto
Diretora-Administrativa e de Seguridade
CPF: 167.574.753-91

Creusimar Barbosa Lima
Contadora – CRC-CE 10.453
CPF: 293.386.203-44